



USP pode transferir hospitais para Estado

Universidade estuda passar para o governo dois dos seus hospitais e um centro de convenções em construção no campus

Auxiliar do governador diz, reservadamente, que Estado pode dar ajudas pontuais à instituição em crise

DE SÃO PAULO

Além de propor redução na folha de pagamento, o plano em análise na USP prevê ainda a transferência para o Estado de parte de seus hospitais e de um centro de convenções inacabado.

A ideia é que o Hospital Universitário, na Cidade Universitária (zona oeste de São Paulo), e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, em Bauru, passem para a administração da Secretaria Estadual da Saúde.

Segundo o texto feito pela administração da USP, a situação financeira da universidade impede que haja contratação de pessoal e investimentos, o que causará “críticas públicas à medida que a precariedade do serviço aumenta nos próximos meses”.

O Hospital Universitário já atende hoje à população do entorno da instituição, mas também é o local onde parte dos estudantes da área da saúde fazem formação.

Na semana passada, a direção do hospital decidiu restringir o atendimento no pronto-socorro devido à greve de funcionários.

Se as transferências forem confirmadas, a Secretaria da Saúde assumiria imediatamente a gestão dos hospitais, e os funcionários seriam gra-

dativamente substituídos.

A proposta da USP prevê também que vire um espaço cultural estadual o centro de convenções em construção na Cidade Universitária, que possuirá três grandes salas (uma delas um anfiteatro para 1.600 pessoas).

A obra já consumiu R\$ 80 milhões, mas precisaria de outros R\$ 40 milhões.

RESPALDO

Um auxiliar do governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou, reservadamente, que a gestão não cogita aumentar o percentual da arrecadação destinado à USP para não prejudicar outras áreas sociais.

Mas disse que o governo reconhece que a situação da escola é grave e que ajudas pontuais podem ser concedidas.

A previsão é que a arrecadação estadual não terá grande crescimento neste ano, ou seja, as receitas da universidade não crescerão, pois ela recebe parcela fixa do ICMS.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento, à qual a USP é vinculada, afirmou não saber das medidas analisadas na universidade, mas disse respeitar sua autonomia.

A proposta da USP prevê ainda que o governo custeie metade do gasto com auxílio a alunos de baixa renda e adquira seu prédio de 16 andares na rua da Consolação, que está em reforma e custou R\$ 30 milhões. (FÁBIO TAKAHASHI)